

Parte 1

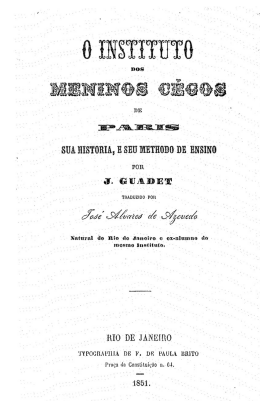
Recorte histórico: do Imperial Instituto dos Meninos Cegos ao Instituto Benjamin Constant

Paulo Felicíssimo Ferreira

PREFÁCIO DE JOSÉ ÁLVARES DE AZEVEDO PARA O LIVRO "O INSTITUTO DOS MENINOS CEGOS DE PARIS - SUA HISTÓRIA E SEU MÉTODO DE ENSINO", DE J. GUADET

Impressionam-nos, sobremaneira, a qualidade e a diversidade dos conhecimentos, tanto quanto a maturidade das idéias de José Álvares de Azevedo, jovem cego brasileiro, cujos estudos no Instituto dos Meninos Cegos de Paris não excederam de seis anos, mas que, aos dezessete, já no Brasil, fora capaz de traduzir e prefaciá-lo, com invejável pureza vernácula, o livro do Sr. J. Guadet sobre a história daquela instituição.

Neste prefácio, a seguir transcrito, depois de rico e breve histórico das concepções de cegueira através dos séculos, ele empreende uma narrativa do que fora sua vida na escola parisiense, diz entender que a educação das pessoas cegas não se deva ocupar somente do aspecto intelectual, mas do musical e das práticas industriais igualmente, consoante as necessidades de cada um, e reafirma a esperança de que o Império crie aqui uma entidade congênere.



Prefácio do tradutor

"A cegueira já quase não é uma desgraça."

Palavras do Sr. D. Pedro II ao tradutor

Ninguém, cuido eu, duvidará da utilidade desta pequena obra, que traduzi do francês. É ela de um gênero inteiramente novo: descreve a história da educação dos cegos. Nunca a antigüidade deles se ocupou. De fato, durante uma longa série de séculos, nada se tentou para melhorar sua sorte. Não só se esqueceram deles; ainda se fez mais: maltrataram-nos.

Lancemos as vistas para uma das potências mais célebres da antigüidade, e vejamos qual era aí a sorte dos cegos e dos surdos-mudos.

Porém (talvez se nos pergunte), de que potência imos falar? Buscaremos o exemplo de algum povo bárbaro? Dos Scythas, dos Godos, ou dos Sarmatas? Não: vamos falar da Grécia; do país das ciências, das artes, da indústria, do comércio; do país o mais civilizado das remotas eras, e em que o povo era tido em conta de muito humano.

Dirijamo-nos para Esparta; abramos um seu livro célebre: o código de Licurgo. Que lemos nele? Qual era a legislação dessa rival de Atenas? "Que todos os que, por algum defeito, não podiam ser úteis à pátria, fossem, apenas nascidos, afogados no Eurotasso."

Em Roma, a barbaridade chegou a tal auge, que Rômulo viu-se obrigado a promulgar uma lei que proibia aos pais matar seus filhos, "permitindo-lhes contudo esta crueldade quando estes fossem aleijados".

Entretanto, se os homens não empregavam suas vistas para estas duas classes de desgraçados senão para desprezá-los e oprimi-los, Deus não os abandonava. Deus quis que o livro por ele inspirado fosse o primeiro em que se enxergasse uma palavra favorável aos cegos e aos surdos-mudos. Foi por isso que, dezesseis séculos antes da era cristã, em uma época em que todos os povos estavam ainda envoltos na mais densa barbaridade; foi por isso (ia dizendo) que ele assim se exprimia pela boca de Moisés: "Não maldigas o surdo, nem impeças os passos do cego". Estas palavras, pronunciadas quando todo o universo estava ainda bem longe de aquilatar a força de sua unção, faziam já pressentir o princípio de caridade que devia ser o caráter da lei divina. É este o princípio, desenvolvido pelo cristianismo, que inspirou ao grande Rei S. Luiz a idéia de fundar o hospício dos Quinze-Vingts; é este o princípio que depois inspirou a Valentin Haüy a idéia da "Instituição".

O fim de S. Luiz, fundando os Quinze-Vingts, foi o de dar um asilo a trezentos de seus guerreiros, a quem os Sarracenos tinham arrancado os olhos; não era, pois, senão um hospício. Nada tinha sido ainda tentado para a instrução dos cegos, e Valentin Haüy foi o primeiro que para eles estabeleceu um sistema de ensino; a ele incontestavelmente coube esta glória.

Alguns dos grandes homens, de que se honra a humanidade, tinham contudo ilustrado a classe dos cegos. A tradição quer que Homero tivesse perdido a vista. No terceiro século da nossa era, Dídimo, ainda que cego, adquiriu conhecimentos extensíssimos, ensinou teologia em Alexandria e foi o luminar da igreja egípcia. Foi o mestre de muitos dos grandes padres da igreja, e morreu em idade muito avançada.

Camões e Milton foram também privados da luz no fim de suas vidas.

Enfim, no décimo oitavo século, o cego Saunderson foi uma das celebridades matemáticas da Inglaterra, sem mencionarmos grande número de outros cegos que se distinguiram em diversos gêneros.

Sr. Guadet, autor desta obra, começa tratando uma questão muitas vezes discutida, mas nunca resolvida: quem foi o mais mal aquinhado pela natureza: o cego ou o surdo-mudo? A desgraça é igual, sem dúvida, porque (como me escrevia um surdo-mudo, falando do céu) "se este me cortou a voz, roubou-te a vista"; Mr. Guadet prova esta igualdade estabelecida pela Providência, opinando que se os surdos-mudos são mais felizes que nós quanto às faculdades físicas, ficam muito aquém quanto às faculdades morais. "Um", diz ele, "cortará o nó górdio, à maneira de Alexandre"; "outro, como Édipo, domará a esfinge, explicando o enigma". Ele prova que a educação é de direito devida aos cegos. "Se a educação", exprime-se ele, "é para todos de direito natural, ela é para os cegos de direito divino". E de fato; pense-se no número infinito de cegos que vivem, ou antes vegetam na mais profunda miséria, na ignorância a mais crassa, e que se têm dado aos vícios os mais repreensíveis e nocivos; observe-se como a educação pudera, ministrando-lhes meios de ganhar honestamente a vida, evitar esses horrores; e ninguém aí haverá que conteste a utilidade, mesmo a necessidade de propagar e estender por todo o universo o sistema de ensino que lhes é próprio.

Ainda que os cegos nasçam geralmente entre as classes pobres, muitos há no estado médio de fortuna, e mesmo no da riqueza, e é por isso que sua educação deve de necessidade ser dividida em três ramos: intelectual, musical e industrial. O primeiro é destinado a cultivar uma inteligência por ventura brilhante, a que quase sempre a ignorância impede o desenvolvimento e que, vivificada pela ciência, produz muitas vezes belezas admiráveis. O segundo, além de proporcionar uma distração aos que pertencem às classes abastadas da sociedade, é um meio de existência para os menos favorecidos da sorte. O terceiro é essencialmente um meio de vida para aqueles a quem a natureza negou ouvido, ou vocação musical. Em regra devem todos cultivar a educação intelectual; não é contudo indispensável que os que se dedicam à indústria profudem o ensino científico; até porque, salvo exceções, os que se ocupam simultaneamente dos dois ramos em nenhum fica perito e habilitado. É fato ensinado pela experiência.

Na Instituição de Paris estuda-se bem, nos quatro primeiros anos, a inclinação dos alunos, e só depois o aplicam ao ramo, porque mostrou gosto e jeito. Com os destinados à música são, contudo, mais severos, porque os cegos têm em geral muito menos indisposição para ela do que para os trabalhos manuais; quanto a estes, os alunos têm toda a liberdade na escolha. Em uma Instituição de cegos, não são admissíveis ofícios de mero luxo e que não prestem alguma utilidade. Conquanto não seja impossível o ensino de línguas, é pelo menos muito difícil, porque as letras empregadas pelos cegos ocupam muito mais lugar do que as do alfabeto comum; um volume "ordinário" forma, pouco mais ou menos, cinco dos "nossos". Vê-se, pois, que extensão exigiria um dicionário. Penso, entretanto, que em uma Instituição fora conveniente o ensino da língua francesa, além da nacional, por muito espalhada e de evidente interesse.

É também pelo muito lugar que ocupam as letras do alfabeto dos cegos que as obras, de que nos servimos para estudar, devem ser muito resumidas. Para adquirir conhecimentos mais extensos, é preciso seguir o sistema adotado na Instituição de Paris: todos os dias há uma meia hora de leitura para os alunos. Há cinco divisões de leitura que correspondem às cinco classes diárias; na primeira, lê-se a história sagrada e as obras apropriadas às idades dos meninos; na segunda, a história geral da antigüidade; na terceira, a história romana; na quarta, a história da França; e na última, um curso de literatura, tirado de diversos autores, como de Laharpe, Villemain, Barante, etc., etc. Esta última é feita pelo instituidor Mr. Guadet.

É inegável a utilidade destas leituras que contribuem mais que muito para a instrução dos cegos.

Para que os destinados ao ramo industrial não sejam privados de noções gerais de história e das ciências, faz-se-lhes todos os dias, durante uma hora, uma leitura de bons autores franceses e estrangeiros. Para não perturbá-los em seus trabalhos, esta leitura tem lugar à noite, das oito às nove horas.

Eis o que se pratica na Instituição de Paris, e o que deve praticar-se em todo estabelecimento bem dirigido. Insisti sobre as leituras, cômico, por experiência própria, de sua muita importância⁽¹⁾.

E haverá quem pretenda que se não deve estabelecer em todos os países instituições para cegos? Ninguém ousará sustentá-lo.

Por este meio, dão-se à sociedade braços e talentos, de que ela estaria privada, braços e talentos que podem servi-la e ilustrá-la.

Para prova desta verdade, lancemos as vistas sobre a França. Uns, como Mrs. Moncouteau e Gauthier, são conhecidos por músicos e compositores; outro (Mr. Montale) adquire medalhas nas exposições nacionais pela boa composição de seus pianos; um outro, Mr. Foucault, aperfeiçoa o sistema peculiar de escrita, inventa novas máquinas e, além dos louvores de seus companheiros reconhecidos, recebe de juízes imparciais diferentes medalhas como recompensa de seu gênio. Cinquenta bancos de órgão são ocupados por organistas cegos saídos da Instituição. Um outro cego, Mr. Alex. Rodembach, educado também na Instituição de Paris, publicou um grande número de obras e é, desde muito tempo, representante de seu município na câmara dos deputados da Bélgica. Enfim, um grande número de obreiros cegos, como torneiros, tapeceiros, marceneiros, etc., etc., ganham hoje sua vida de maneira honesta e pacífica.

Depois deste quadro, aliás toscamente desenhado, que governo não invejará a glória de fundar um semelhante estabelecimento? Quanto a nós, devemos esperar tudo do grande Imperador que felizmente nos rege, e dos ilustrados conselheiros da sua coroa; nós conhecemos bem de perto sua bondade para duvidar um só momento de que ele deixe de acolher com entusiasmo, e de dar sua alta e munificente proteção a um projeto que a nada menos tende do que a restituir, por assim dizer à existência, uma grande porção de seus súditos.

NOTA:

(1) com 10 anos de idade, e saiu em 1850, contando 16.

Fonte: O Instituto dos Meninos Cegos de Paris. Sua História, e seu Método de Ensino, por J. Guadet. Traduzido por José Álvares de Azevedo (natural do Rio de Janeiro e ex-aluno do mesmo Instituto). Rio de Janeiro - Tipografia de F. de Paula Brito, 1851.